



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2014**  
**(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Requer encaminhar Requerimento de Informação ao Senhor Eduardo Benedito Lopes, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, referente às denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso.*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhado, ouvido a Mesa Diretora desta Casa, Requerimento de Informação ao Senhor EDUARDO BENEDITO LOPES, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre suspeita de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso, na forma em anexo.

Aguardo Deferimento,

Câmara dos Deputados, em de dezembro de 2014.

# **Deputado Arnaldo Jordy**

## **PPS/PA**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2014  
(Do Sr. ARNALDO JORDY)**

*Solicita ao Senhor Eduardo Benedito Lopes, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, informações referentes às denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso.*

A Sua Excelência o Senhor  
**EDUARDO BENEDITO LOPES**  
Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura  
Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco J, Edifício Carlton Tower  
Asa Sul  
70.070-120 Brasília – DF

Senhor Ministro,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações referentes ao cadastro e distribuição das carteiras de pescador artesanal, assim como ao pagamento do seguro-defeso.

Para tanto encaminho os seguintes solicito esclarecimentos sobre os seguintes pontos:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

- a) As razões que levaram a alteração da norma interna do Ministério da Pesca, permitindo a mudança das carteiras confeccionadas pela Casa da Moeda, com proteção de marca d'água para evitar fraudes, para a confecção em papel comum;**
- b) As razões para que a partir deste ano a confecção dos documentos que dão direito ao salário durante os cinco meses do defeso, e de outros benefícios como as linhas de crédito bancário e o direito a aposentadoria especial, sejam confeccionados pelas superintendências desse Ministério nos Estados;**
- c) A quantidade de carteiras emitidas entre junho e novembro deste ano, relacionada por Estado e mês;**
- d) O número de pescadores artesanais registrados no país.**
- e) O número de requerentes do seguro da pesca entre abril e setembro de 2014.**
- f) O número de requerentes do seguro da pesca no mesmo período de 2013.**
- g) Se o Ministério tem conhecimento sobre as denúncias protocoladas na Polícia Federal e no Ministério Público e sobre o Recurso apresentado no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre “por derrame de carteiras” concedidas no período eleitoral por venda de votos, e em troca de benefícios a pessoas que não praticam a atividade pesqueira.**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**J U S T I F I C A T I V A**

O Seguro Defeso, instituído para garantir a manutenção alimentar das famílias ribeirinhas que aferem renda através da pesca artesanal e ficam impedidas de exercer sua atividade econômica durante o período de reprodução dos peixes, tem sido alvo de constantes denúncias de irregularidades. A última, e tão grave quanto as anteriores, foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 23 de novembro de 2014, com o título: *Pesca é suspeita de uso eleitoral de carteirinhas*.

A denúncia aponta que o número de carteirinhas de pescador emitidas pelo Ministério da Pesca através das Superintendências nos Estados do Acre e Maranhão, durante o período eleitoral, supera o dos demais meses. Mas não se resume a isso.

Em junho, faltando um mês para o início da campanha eleitoral, o Ministério da Pesca alterou norma interna e permitiu que as carteiras de pescador, antes confeccionadas pela Casa da Moeda do Brasil, fossem emitidas pelas Superintendências de todo o País, em papel comum e sem nenhum requisito de segurança na impressão. A carteira – “o registro de pescador artesanal” – permite o acesso ao benefício salarial pago por cinco meses no período que compreende à piracema, conferindo direito também a linhas de crédito bancário e aposentadoria especial.

A Polícia Federal e o Ministério Público no Acre já inquiriram eleitores que afirmaram o recebimento cinco dias antes das eleições, a carteira de pescador em troca de apoio político, em sua maioria, assentados da reforma agrária. O inquérito está sob sigilo.

Ao todo são 14 inquéritos instaurados pela PF em vários Estados com o objetivo de apurar as irregularidades no pagamento do seguro-defeso, no cadastro de pescador e na distribuição das carteiras.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

Com a relevância dos fatos que apontam indício de crimes graves, inclusive eleitorais, fez-se necessário encaminhar este Requerimento. Desde já agradeço a atenção dispensada ao pleito, no objetivo de elucidar dúvidas e contribuir para o processo de transparência e controle que um estado democrático exige.

Câmara dos Deputados, de dezembro de 2014.

## **Deputado Arnaldo Jordy PPS/PA**